



Planejamento estratégico de Assentamentos Agroecológicos no Extremo Sul da Bahia.

Strategic Planning of Agroecological Settlements in the Extreme South of Bahia.

VAZ, Marileia Aparecida¹ ; SILVA, Geralda Rosa² , SOUZA, Juliana Lopes² ; CALDAS, Ronaldo Bastos²REGO, Anderson Santos¹; LOPES RANGEL, Iara Maria²; ; RANGEL, Rafael Passos²; PEIXOTO, Felipe da Cunha²; CARNICEL, João Luiz da Silva²; JESUS, Meriely Oliveira de²; DA SILVA, Jonas Pereira²; MATOS, Itamar Ferreira de²; NASCIMENTO, Marcos Vinícios²; SANTOS, Elisiane Lacerda²; SOUZA, Quelem²; SOUZA, Thais Santos de²; OLIVEIRA, Cleber²; SILVA, CAMPELO, Felipe Otávio²; SANTOS, João Dagoberto dos³.

¹ UNEB, marileiavaz@hotmail.com ; ² Coordenação, Educadores (as) e Técnicos (as) do Projeto Assentamentos Agroecológicos - Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto-Prado (BA), iara_m_lopes@hotmail.com; rombascal@gmail.com; rafaprangel@yahoo.com.br; flpagro@gmail.com; joão_carnicel@hotmail.com; meiryromoli@gmail.com; contato.agroanderson@gmail.com; jpsilva.agro@gmail.com; itamarwg1@gmail.com; elisiane.florestal@gmail.com; kellysouzasilva9@gmail.com; thaisouzan@gmail.com; oliveiramst@hotmail.com;; gg_terra@yahoo.com.br; campelo.felipe@hotmail.com; julia.sec@gmail.com, respectivamente; e ³ Coordenador do Projeto Assentamentos Agroecológicos - Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA/ESALQ-USP) – Piracicaba (SP), jdsantos43@gmail.com.

Eixo temático: Construção do Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias.

Resumo: Os processos de planejamento e consolidação de Assentamentos Agroecológicos na região Extremo Sul da Bahia envolvem diferentes ações de organização das áreas a serem desapropriadas. Isto no que se refere à localização dos lotes e núcleos de moradias, planejamento estratégico da produção, locação de estradas, recuperação e restauração de APP's e RL's, tendo como foco os sistemas agroflorestais e os princípios agroecológicos. Toda a metodologia tem sido aplicada de modo a garantir a participação efetiva dos pré-assentados, a partir de momentos teóricos (formativos) e práticos (visitas e validações em campo), utilizando para tanto, Mapas Georreferenciados, GPS's, levantamentos de aptidões agrícolas e diagnósticos socioeconômicos, no sentido de assegurar a organização territorial e a adequação ambiental das áreas. O objetivo desse trabalho consiste em estruturar e divulgar a metodologia utilizada, como ferramenta na elaboração de ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas. Como resultados, tem-se obtido arranjos que favorecem a organicidade interna dos núcleos e das comunidades, processos de cooperação, otimização de recursos, compras coletivas de insumos, planejamentos da produção e da comercialização de formas justas e viáveis.

Palavras-Chave: assentamentos rurais; organização territorial; produção agroecológica.

Contexto

A partir de 2013, a intensificação da efetivação de assentamentos da reforma agrária na região do Extremo Sul da Bahia reascendeu a necessidade de construir uma base do ponto de vista técnico, conceitual e metodológico para o planejamento e



desenvolvimento de assentamentos de acordo com princípios agroecológicos e agroflorestais.

Trata-se de um projeto voltado à consolidação de espaços agroecológicos, representados, neste caso, pelos Assentamentos Jacy Rocha (município de Prado, 118 lotes), Antônio Araújo (município de Prado, 81 lotes), Bela Manhã (município de Teixeira de Freitas, 135 lotes), José Martí (município de Alcobaça, 69 lotes), Fábio Henrique (município de Prado, 173 lotes), Gildásio Salles Ribeiro (município de Santa Cruz Cabralia, 70 lotes) e Adão Preto (município de Itabela, 33 lotes), além do Acampamento Irmã Dorothy (município de Eunápolis, 33 lotes).

Os desenhos de organização dos Assentamentos foram realizados de modo a expor tanto o ponto de vista técnico, quanto o popular, ou seja, a percepção das comunidades em relação à gestão espacial local, à adequação ambiental e ao planejamento da produção. Este documento traz resultados parciais, tendo em vista que os parcelamentos dos lotes já foram finalizados em algumas áreas, encontrando-se em fase de conclusão em outras.

O objetivo deste trabalho consiste em estruturar e divulgar a metodologia e ferramentas utilizadas, para que sirvam de embasamento para outras experiências e estimulem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Descrição da Experiência

As áreas onde foram realizadas as atividades encontram-se em fase de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, foi criada uma equipe multidisciplinar – composta por engenheiros agrônomos e florestais, biólogos, técnicos agropecuários, agricultores, Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA), Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bruneto (EPAAEB), Empresas de Georreferenciamento, Universidades (ESALQ/USP) – que tem se desafiado na construção da agroecologia a partir do planejamento estratégico dos espaços em questão.

A consolidação de assentamentos rurais aqui relatada é uma experiência com caráter inovador, baseada na construção coletiva, envolvendo as comunidades em todas as suas etapas. Isso porque tem-se aplicado metodologias participativas, em um cenário onde se propõe conciliar o manejo racional dos recursos naturais à produção agrícola, buscando a inclusão socioeconômica dos envolvidos, considerando que “o conceito de assentar famílias apenas colocando-as sobre a terra, já não basta” (MELLO, 2001), visto que a Reforma Agrária precisa se consolidar de maneira justa e abrangente.

Kummer (2007) acrescenta que “quando se usa o termo ‘metodologia participativa’, fala-se de um conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir o mesmo objetivo, baseado no princípio fundamental da participação”. Assim, tem-se pautado no emprego de diversos instrumentos e estratégias, de modo a



estimular o empoderamento das pessoas, Organizações e Instituições envolvidas, para que se reconheçam como protagonistas e não como meros expectadores.

Tais estratégias são focadas no planejamento ambiental, territorial e social dos assentamentos, onde inicialmente realizam-se trabalhos de adequação ambiental, com base na legislação vigente, buscando identificar as Áreas de Preservação Permanente (APP's), Reservas Legais (RL's), recursos hídricos, áreas de uso restrito (muçunungas), além de levantamentos quanto a ocupação agrícola, limites das fazendas, estradas, redes elétricas e infraestruturas. Durante estes momentos, criam-se acordos e estratégias para recuperação e preservação das áreas naturais, assim como possibilidades de uso do solo.

Estes dados permitem construir as propostas de organização territorial, onde de forma conjunta e com auxílio de GPS's realizam-se trabalhos de campo para definir o estabelecimento das Áreas Coletivas Sociais (destinadas a construção de escolas, postos de saúde, igrejas, campos de futebol, praças e áreas de lazer); e as Áreas Coletivas de Produção (destinadas à efetivação de cultivos variados, bancos de sementes, galpões para maquinários e ferramentas, agroindústrias, farinheiras, dentre outros). As dimensões de ambos os espaços são estabelecidas conforme a realidade e extensão de cada local a ser parcelado.

Ainda como estratégia de organização territorial, tem-se adotado nos Assentamentos Agroecológicos sistemas de moradia denominados “Nucleação por Raios de Sol” (Figura 1), onde os lotes são demarcados em torno de uma área central, com moradias distribuídas em distâncias padronizadas. São sistemas que favorecem a organização, a comunicação e a segurança das famílias, além de propiciar o estabelecimento de infraestruturas coletivas, a gestão da produção e a realização de trabalhos em áreas comunitárias, próximas às moradias.

Na maioria dos casos, os lotes dispostos nos núcleos apresentam extensões de aproximadamente 10 ha, cuja dimensão foi aprovada pelo INCRA, com base na elaboração prévia de planos de viabilidade econômica, a partir de demonstrativos financeiros de arranjos produtivos com bases agroecológicas e agrofloretais. As áreas centrais dos núcleos representam cerca de 1 ha e podem ser utilizadas conforme definições das famílias, dando preferência para atividades e estruturas coletivas. Para cada lote individual, destina-se 1 ha ao estabelecimento de quintais produtivos agrofloretais, visando potencializar a autossustentação das famílias.

Para o restante das áreas disponíveis nos lotes, os agricultores planejam trabalhos voltados a culturas de interesse, as quais são previamente elencadas por eles, de modo que a composição dos núcleos de moradia seja organizada a partir de afinidades produtivas em comum. Por exemplo, as famílias que optarem pela produção de café como aptidão prioritária serão organizadas no mesmo núcleo de moradia, de modo a centralizar os eixos de produção. Com isso, potencializam-se os processos produtivos a partir da cooperação, assim como superam-se algumas dificuldades históricas no âmbito do acompanhamento técnico, da compra coletiva de insumos, do beneficiamento e da comercialização da produção. Detalha-se que a



escolha das culturas principais não exclui a importância de se manter uma produção consorciada dentro dos lotes, atendendo a um dos princípios da agroecologia, que é a agrobiodiversidade.

Após fechamento de detalhes quanto ao total de áreas úteis disponíveis (pós isenção de APP's, RL's, muçunungas, estradas, redes elétricas e áreas coletivas), iniciam-se as demarcações em campo, conduzidas pelas comunidades e Empresas responsáveis. De forma conjunta, estuda-se também a melhor forma de distribuição dos lotes, obtendo-se na maioria das vezes, consenso em detrimento de sorteios.

Na etapa seguinte, ocorrem os Atos de Entregas dos Lotes, no sentido de comemorar e compartilhar as vitórias alcançadas coletivamente. A partir de tais momentos, as famílias têm um prazo estipulado para se mudarem para os lotes definitivos, seguido por acompanhamentos de campo; diálogos junto aos agricultores; observações técnicas quanto ao processo de construção das moradias e de estabelecimento de cultivos; diagnósticos referentes ao preparo de solo, aquisição de mudas, sementes e insumos; reuniões com os Núcleos para organicidade interna, planejamento da produção e dos quintais produtivos.

Vale destacar que todo o processo de efetivação dos assentamentos é permeado por atividades de formação junto às famílias, no sentido de informar e reforçar a organicidade, normas, princípios e identidade do MST. Para tanto, realizam-se trabalhos e discussões em grupos, além de divisões de tarefas, visando manter e otimizar a organização das áreas. A Agroecologia é outro tema abordado, havendo estudos e debates sobre o seu histórico, significado, função e importância, tendo como base os parâmetros sociais, ambientais e econômicos, haja vista que a agroecologia vai além da produção agrícola. Durante os estudos, realiza-se ainda a elaboração, apresentação e aprovação de regimentos internos, no intuito de estabelecer normas que venham a contribuir com a boa convivência em grupo.

De modo geral, compreende-se que tais etapas promovem a evolução daqueles que passam a se reconhecer como sujeitos ativos, construtores de uma história e de sonhos comuns, após muitos anos de lutas, resistências e conquistas. Conforme sugere Vione (2002), propostas de um mundo diferente não cabem em receitas prontas, elaboradas fora das realidades locais, mas pelo contrário, passam pelo "protagonismo dos atores e atrizes locais, empoderados e conscientes da sua condição de cidadãos capazes de construir o seu desenvolvimento com bases mais sólidas e propostas mais afinadas com a sua realidade".

Resultados

A forma de organização espacial dos assentamentos agroecológicos em núcleos de família por aptidão produtiva, alinhada ao convívio social e ao arranjo produtivo de cada núcleo desencadeou um processo de cooperação entre as famílias e vem contribuindo na otimização de recursos, como por exemplo, aproveitamento coletivo de mão de obra, viabilização nas construções das estradas vicinais, passagens



bueiros nos acesso aos núcleos de moradia, bem como a escolha da fonte para captação de água, rede de energia elétrica, compras coletivas dos materiais de construção e compras de insumos agrícolas (compostos, sementes, corretivos de solo e ferramentas).

Nesse sentido, a organização espacial e as ações que vem sendo desenvolvidas ao longo desse processo possibilitam às famílias se organizarem coletivamente na comercialização em feiras livres, mercados, PNAE (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos) e nos processos de plantio, colheita e beneficiamento de alguns produtos. Desta maneira, esse arranjo contribui com a organização das famílias para pensarem processos coletivos que agreguem valor aos seus produtos, onde futuramente possam estar organizando sistemas de agroindústrias.

Referências bibliográficas

MELLO, M. A. Elaboração de anteprojeto de parcelamento em áreas de reforma agrária utilizando recursos do geoprocessamento. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. 2001. 34 p.

VIONE, G. F. Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local. Monografia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2002.

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador, GTZ. 2007. 155p.